

# O Interrogatório como Parte Essencial do Processo Penal: Fundamentos e Implicações Jurídicas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | setembro 3, 2024



## Introdução

O interrogatório é um dos momentos mais críticos e fundamentais do processo penal. Ele oferece ao acusado a oportunidade de se defender, apresentar sua versão dos fatos e contribuir para o esclarecimento da verdade. Neste artigo, vamos explorar a importância do interrogatório no contexto do

direito penal, analisar os fundamentos jurídicos que o sustentam e discutir suas implicações práticas.

## **0 Que é o Interrogatório no Processo Penal?**

O interrogatório é o ato processual no qual o juiz ouve o acusado sobre os fatos que lhe são imputados. É um momento crucial para a defesa, pois permite ao réu expor sua versão dos acontecimentos, responder às acusações e, eventualmente, confessar ou negar a prática do crime.

## **Fundamentos Jurídicos do Interrogatório**

O Código de Processo Penal Brasileiro (CPP) regula o interrogatório em seus artigos 185 a 196. Alguns pontos-chave incluem:

**Direito ao Silêncio:** O artigo 186 do CPP assegura ao acusado o direito de permanecer em silêncio, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo. Esse direito é uma manifestação do princípio constitucional da não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*).

**Direito à Defesa:** O artigo 185 do CPP estabelece que o interrogatório deve ser realizado na presença do defensor do acusado, garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório, conforme disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

**Momento do Interrogatório:** O artigo 400 do CPP prevê que o interrogatório deve ser o último ato da instrução, após a oitiva das testemunhas e a produção de outras provas. Isso permite ao acusado conhecer todos os elementos de prova antes de se manifestar.

## **Importância do Interrogatório no Processo Penal**

- 1. Esclarecimento de Fatos:** O interrogatório permite ao acusado apresentar sua versão dos fatos, contribuindo

para o esclarecimento da verdade e a correta aplicação da justiça.

2. **Direito à Defesa:** É uma oportunidade fundamental para o exercício do direito à defesa, permitindo que o réu se manifeste sobre as acusações e apresente eventuais justificativas ou álibis.
3. **Formação da Convicção do Juiz:** O depoimento do acusado pode influenciar a convicção do juiz, especialmente quando há contradições ou inconsistências nas provas apresentadas.
4. **Valorização do Princípio da Dignidade Humana:** O interrogatório respeita a dignidade do acusado, oferecendo-lhe a oportunidade de ser ouvido e tratado como sujeito de direitos no processo penal.

## **Procedimentos e Cuidados no Interrogatório**

Para garantir a lisura e a eficácia do interrogatório, alguns procedimentos e cuidados devem ser observados:

1. **Presença do Defensor:** A presença do defensor é indispensável, garantindo o direito à ampla defesa e orientando o acusado durante o interrogatório.
2. **Gravação Audiovisual:** A gravação audiovisual do interrogatório, conforme previsto no artigo 405, § 1º, do CPP, assegura a fidelidade do depoimento e evita questionamentos futuros sobre o conteúdo do ato.
3. **Respeito aos Direitos Fundamentais:** O interrogatório deve ser conduzido de forma respeitosa, sem coação, tortura ou qualquer forma de violação dos direitos fundamentais do acusado.
4. **Esclarecimento de Dúvidas:** O juiz deve esclarecer todas as dúvidas e contradições que surgirem durante o interrogatório, buscando sempre a verdade real dos fatos.

## Desafios e Implicações Práticas

Embora o interrogatório seja um direito fundamental, sua aplicação prática pode enfrentar desafios, como:

- **Pressão Psicológica:** O ambiente do interrogatório pode ser intimidante para o acusado, dificultando a exposição clara e precisa dos fatos.
- **Preconceitos e Estigmas:** O réu pode ser vítima de preconceitos ou estigmas, influenciando negativamente a percepção do juiz e das partes envolvidas.
- **Qualidade da Defesa:** A qualidade da defesa pode variar, impactando diretamente a eficácia do interrogatório e a proteção dos direitos do acusado.

## Conclusão

O interrogatório é uma parte essencial do processo penal, garantindo o direito à defesa, contribuindo para o esclarecimento dos fatos e respeitando a dignidade do acusado. Ao compreender os fundamentos jurídicos e as implicações práticas desse ato processual, podemos promover uma justiça mais equitativa e eficaz. É fundamental que todos os operadores do direito estejam atentos aos procedimentos e cuidados necessários para assegurar a lisura e a eficácia do interrogatório, protegendo os direitos fundamentais dos envolvidos e fortalecendo o Estado de Direito.